

Ano XVI nº 4920 – 10 de setembro de 2014

## Hora de discutir remuneração



Está chegando a hora decisiva para a categoria. Hoje e amanhã (10 e 11/09), acontece mais uma rodada de negociações com a Fenaban (Federação Nacional dos Bancos). Na pauta, as cláusulas econômicas, como o índice de reajuste salarial de 12,5%.

Como o cenário é positivo, os bancos não tem como negar as propostas. O balanço semestral dos lucros mostra que as seis principais instituições do setor bancário colocaram em seus cofres R\$ 28,5 bilhões.

Além do índice dividido entre aumento real e inflação, a minuta tem ainda PLR (Participação dos Lucros e Resultados) de três salários mais R\$ 6.247,00 e piso salarial de R\$ 2.979,25 (salário mínimo definido pelo Dieese).

Inclusão do 14º salário, vales alimentação e refeição, 13ª cesta e auxílio creche/babá no valor de R\$ 724,00 (salário mínimo vigente) também estarão em debate. Para os bancários, o mais importante agora é aumentar a mobilização. A história mostra. Somente com pressão, os banqueiros atendem as reivindicações.

## DEPARTAMENTO JURÍDICO INFORMA

O Dejur do sindbancários informa que alguns bancários ingressaram com processos na vara do trabalho reivindicando direitos, obtiveram êxito, sendo os alvarás liberados no último período de Março/2014 à Agosto/2014, conforme: Santander – R\$ 12.000,00; Bradesco – R\$ 60.450,00; CEF – R\$ 222.800,00; Itaú-Unibanco-R\$ 419.560,00; Brasil – R\$ 666.800,00, totalizando R\$ 1.381.610,00.

### Atenção

O Dejur do sindbancários solicita que quem conhecer ou souber do paradeiro dos Srs. **Luciano de Oliveira Silva e Eduardo C. Martins de Oliveira**, ex-bancários do antigo Banco Real, que entrem em contato com o Sindicato.

## Marina defende terceirização sem limites



A página 75 do programa de governo da candidata do PSB, Marina Silva, não deixa dúvidas. Para ela, o número elevado de disputas jurídicas sobre a terceirização de serviços, com o argumento de que as áreas terceirizadas são atividades fins das empresas, gera perda de eficiência.

O trecho deixa claro que Marina tem razão, mas não é o da classe trabalhadora. A candidata talvez desconheça que, mesmo com a proibição na legislação trabalhista de terceirização na principal atividade da empresa, essa forma de contratação já está intimamente ligada ao trabalho escravo e a mortes. Conforme comprovam dados apresentados pelo auditor fiscal do trabalho, Vitor Filgueiras, em recente seminário organizado pelo Fórum Nacional Permanente em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização.

Após o Projeto de Lei 4330/2004 ser engavetado no Congresso Nacional por conta da mobilização da classe trabalhadora, os empresários recorreram ao Supremo Tribunal Federal (STF) para julgar uma ação civil pública da Celulose Nipo Brasileira (Cenibra). A empresa questiona a decisão do TRT-MG e do Tribunal Superior do Trabalho (TST) de condená-la por terceirizar a atividade-fim e impedi-la de manter essa prática. Mesmo com a decisão do Judiciário trabalhista, o STF aceitou que o caso fosse julgado como uma Ação de Repercussão Geral.

Isso significa que não é mais a questão específica da empresa que está em pauta, mas sim se a terceirização da atividade-fim deve ser permitida no país. E, assim, a decisão passará a referendar os demais julgamentos no país.

## REUNIÃO GERAL

Atenção diretores e delegado do SindBancários, hoje dia 10/09, tem reunião geral no auditório da entidade, a partir das 18h30min.

**É imprescindível a participação de todos!**